

CÂMARA REJEITA A PEC 37



CANAMP

Em votação histórica na noite de 25 de junho, a Câmara Federal derrubou a PEC 37, com 430 votos contra e nove a favor. Desde o início do ano, o Ministério Público de Minas Gerais com os MPs do Brasil esteve mobilizado contra a aprovação da proposta que impediria o Ministério Público e outros órgãos de investigar crimes. A campanha Brasil contra a Impunidade, coordenada pelo presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Nedens Ulisses, chamou a atenção para as consequências da aprovação da PEC 37 e sua derrubada foi assumida pelo povo como uma de suas bandeiras nas manifestações de junho.



Foram 430
votos contra
a PEC 37 e
nove a favor

PÁGINAS 7, 8, 9

Contas da Associação e da AMMP-Saúde são aprovadas por unanimidade

As contas da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) e da AMMP-Saúde, referentes a 2012, foram aprovadas por unanimidade em assembleia no dia 10 de junho, presidida pelo procurador de Justiça Amando Prates e secretariada pelo procurador de Justiça Antônio de Pádua Marchi Júnior. O terceiro vice-presidente da AMMP e diretor da AMMP-Saúde, Édson Baeta, apresentou, detalhadamente, os serviços médico-hospitalares prestados no ano passado e a boa situação financeira do plano.



A assembleia geral foi presidida por Amando Prates

Centro de Apoio
vai fazer diagnóstico
do Terceiro Setor

PÁGINA 6

Fair Play é
campeão do
Estadual de Futebol

PÁGINA 16

Contas da AMMP são aprovadas por unanimidade

Foram aprovadas, por unanimidade, as contas da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) e da AMMP-Saúde, relativas ao exercício de 2012.

A assembleia geral, realizada na manhã do dia 10 de junho, foi presidida pelo procurador de Justiça Amando Prates e secretariada pelo procurador de Justiça Antônio de Pádova Marchi Júnior.

A prestação de contas demonstra, detalhadamente, como foram gastos e aplicados os recursos arrecadados da contribuição dos associados e de outras fontes de receita.

Foram submetidos à apreciação da assembleia o balanço de 2012, as notas explicativas sobre as demonstrações contábeis emitidas pelo contador da AMMP e o relatório dos



BARBARA PEIXOTO

▲ A assembleia geral foi realizada no dia 10 de junho

auditores independentes.

O terceiro vice-presidente da AMMP e diretor da AMMP-Saúde, Edson Baeta, fez explanação sobre

os serviços médico-hospitalares prestados no exercício de 2012, além de expor os números que atestam a solidez financeira do plano de saúde.



ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Timbiras, 2.928
Barro Preto
30140-062

Belo Horizonte/MG
ammp@ammp.org.br
www.ammp.org.br

O AMMP Notícias é uma publicação da Associação Mineira do Ministério Público

Presidente
Nedens Ulisses
Freire Vieira

1º vice-presidente:
Shirley Fenzi Bertão

2º vice-presidente
João Medeiros Silva Neto

3º vice-presidente
Edson Ribeiro Baeta

4º vice-presidente
Gilberto Osório Resende

1º diretor administrativo
Selma Maria
Ribeiro Araújo

2º diretor administrativo
Valéria Dupin Lustosa

1º diretor financeiro
Carlos Henrique
Torres de Souza

2º diretor financeiro
Luiz Felipe de
Miranda Cheib

Responsáveis pela edição

Jornalista responsável
Ofélia L. P. Bhering
(MG 2.289 JP)

Repórteres
Barbara Peixoto

Felipe Jávere
(MTB 12046/MG)

Diagramação
Edições Geraes Ltda.

Tiragem
1.000 exemplares

CNMP aprova resolução que determina visitas semestrais do MP a repartições policiais

No caso de delegacias de polícia em que houver presos, as visitas serão mensais

O Plenário do Conselho Nacional do Ministério (CNMP) aprovou, por unanimidade, no dia 20 de junho, durante sessão ordinária, proposta de resolução que altera o artigo 6 da Resolução nº 20/2007, que determina visitas semestrais do Ministério Público a repartições policiais.

Conforme a nova redação, as visitas às repartições policiais, civis e militares, bem como aos órgãos da perícia técnica e aquartelamentos militares existentes na área de atuação de cada membro, terão periodicidade mínima semestral.

Acolhendo sugestão do conselheiro Fabiano Silveira, ficou decidido também que, no caso de delegacias de polícia e estabelecimentos congêneres em que houver presos, as visitas deverão ser mensais.

A proposta também estabelece a necessidade de sistematização do exercício do controle externo da atividade policial, a partir da elaboração de modelo único de relatório

de visitas às repartições policiais, civis e militares, bem como aos órgãos da perícia técnica e aquartelamentos militares existentes na área de atuação de cada membro.

Meta é informatizar o sistema

Outro objetivo é implementar um sistema informatizado de processamento de dados, a serem inseridos pela Corregedoria-Geral de cada Ministério Público com as informações prestadas pelos membros em seus relatórios de visitas.

De acordo com o autor da proposta, conselheiro Mario Bonsaglia, a implementação do sistema vai permitir que o CNMP centralize as informações relativas ao exercício do controle externo da atividade policial em todo o Brasil.

“Essa medida viabilizará o aperfeiçoamento da atividade do Ministério Público brasileiro no cumprimento da missão fiscaliza-

dora da atividade policial, que lhe foi atribuída pela Constituição de 1988”, afirma Bonsaglia.

Relatório

Entre outras questões, a proposta de resolução aponta que cada MP lavrará relatório das respectivas visitas, consignando todas as constatações e ocorrências, bem como eventuais deficiências, irregularidades ou ilegalidades e as medidas requisitadas para saná-las.

O relatório será elaborado mediante preenchimento de formulário a ser aprovado nos próximos dias pela Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública.

Revista JUS recebe inscrições

Vão até 20 de agosto as inscrições de artigos e peças processuais para publicação na edição 28 da Revista JUS. A produção deve ser enviada para comunicacao@ammp.org.br. Os trabalhos deverão ser apresentados, obrigatoriamente, com folha de rosto contendo nome do autor, qualificação profissional e acadêmica, endereço completo, telefones e endereço de e-mail.

Os artigos doutrinários para publicação na revista da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) deverão ser inéditos e para publicação exclusiva. Uma vez publicado na Revista, poderá sê-lo em livros e coletâneas,

desde que citada a publicação original.

As peças processuais consistirão, exclusivamente, em razões e contrarrazões de recurso, alegações finais e pareceres. A identificação das partes, juízo e da comarca deverá ser suprimida. A revista se reserva o direito de aceitar ou vetar qualquer trabalho recebido, segundo recomendações do seu corpo editorial, como também o direito de propor eventuais alterações.

Os textos devem ser revisados pelos autores, além de terem sua linguagem adequada a uma publicação editorial científica. Os artigos originais devem ser apresentados de

forma completa. As peças processuais observarão a seguinte estrutura: identificação da manifestação (razões, contrarrazões de recurso, alegações finais ou pareceres), nome do autor, qualificação profissional e acadêmica e texto.

Os trabalhos serão selecionados pelo Conselho Editorial da Revista, que poderá solicitar sua avaliação por profissionais com reconhecida produção científica na área. Em qualquer hipótese, a autoria dos trabalhos não será identificada.

O edital do concurso está disponível em www.ammp.org.br.

Os artigos doutrinários para publicação na revista da Associação Mineira do Ministério Público deverão ser inéditos e para publicação exclusiva

Trabalhos do Concurso Melhores Práticas podem chegar até 8 de outubro

Já as inscrições ao Concurso Melhores Práticas vão até 8 de outubro. Serão premiados os melhores arrazoados forenses, assim como as iniciativas extrajudiciais e as decisões administrativas que contribuíram para dar maior efetividade à atuação

do Ministério Público no cumprimento de sua missão constitucional.

O objetivo da premiação, com inspiração no Prêmio Inovare, além de propiciar o reconhecimento do trabalho dos associados, também na atividade ex-

trajudicial, é dar publicidade às iniciativas bem-sucedidas que poderão ser reproduzidas em outras esferas do Ministério Público.

As inscrições podem ser feitas no site da AMMP (www.ammp.org.br).

ESTANTE



"A fé nos degraus da memóriaafiada"

O procurador de Justiça aposentado Antônio Lopes Neto lançou mais um livro com o selo da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais (AlemP-MG) "A fé nos degraus da memóriaafiada", também pela Del Rey Editora. O prefácio do livro foi feito pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Napoleão Nunes Maria Filho, professor e poeta, membro da Academia Cearense de Letras.

Segundo Napoleão Nunes, "o trabalho etnográfico de Antônio Lopes Neto, neste livro (belíssimo, ricamente ilustrado) "A Fé nos degraus da memóriaafiada", recoloca, simbolicamente, a atualidade de preocupações sobrenaturais (ou metafísicas), mas o

faz sob a ótica singular da sua família – para ele um universo pleno de todas as vivências empíricas, espirituais e anímicas – não hesitando (e nisso está, ao meu ver, a peculiaridade de suas invenções) em associar (nem sei se esse seria bem o termo) certas formas da religiosidade pagã às suas (simétricas) formas judaico-cristãs e mesmo católicas, assim produzindo um livro de manifesto préstimo para quem, sem preconceitos, estuda o percurso cultural das civilizações".

A apresentação do autor foi feita pelo promotor de Justiça Marcos Paulo de Souza Miranda, historiador, doutrinador e também membro da AlemP-MG.

Abritta e Cabral tomam posse no IHG no dia 8 de agosto

A nova diretoria do Instituto Histórico e Geográfico (IHG) vai tomar posse no dia 8 de agosto, em solenidade na sede do IHG. Da chapa eleita, fazem parte os procuradores de Justiça aposentados Luiz Carlos Abritta

e Joaquim Cabral Netto, além do professor Zanoni Estáquio Roque Neves, os juízes Aluizio Alberto da Cruz Quintão e Osvaldo Araújo Oliveira Firmo, o médico José Carlos Serufo e o advogado Antônio Pedro Nolasco.

O Instituto

O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais foi fundado em Belo Horizonte em 1907, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro em 1838.

A Voz do Ministério Público aborda as alterações do Código Florestal, PEC 37 e educação inclusiva

O promotor de Justiça Mauro da Fonseca Ellovitch, coordenador regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias Hidrográficas dos Rios das Velhas e Paraopeba, foi o entrevistado do dia 28 de maio de *A Voz do Ministério Público*. Mauro falou sobre a relevância do instituto da Reserva Legal e abordou as alterações mais significativas sofridas pelo Código Florestal.



Fotos Barbara Pinheiro

▲ Benny Cohen e Mauro Ellovitch



▲ João Medeiros Silva Neto e Antônio Sérgio Tonet

PEC 37

No dia 11 de junho, o procurador de Justiça criminal Antônio Sérgio Tonet e o promotor de Justiça João Medeiros Silva Neto, coordenador das Promotorias de Defesa do Patrimônio Público de Belo Horizonte, foram os entrevistados d'*A Voz do Ministério Público*.

Eles discutiram questões relacionadas à PEC 37, cuja rejeição aconteceu no dia 25 de junho, na Câmara dos Deputados. Criticaram também a forma como algumas associações de delegados de polícia trataram o tema.

Educação Inclusiva

Já no dia 25, foi a vez do promotor de Justiça Celso Penna Fernandes Junior, titular da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude Cível de Belo Horizonte, e da psicopedagoga e psicanalista Cristina Silveira falarem sobre educação inclusiva.

Eles abordaram também o papel do Ministério Público na implementação das políticas públicas relacionadas a esse tema.



◀ Cristina Silveira e Celso Penna Fernandes Júnior

Programa debate o novo perfil do MP

O corregedor-geral do Ministério Público, Luiz Antônio Sasdelli Prudente, foi o entrevistado do dia 9 de julho. Ele falou sobre a campanha contra a PEC 37, os reflexos da sua rejeição na manutenção do perfil constitucional do MP, a importância da maior proximidade dos promotores de Justiça com as atuais demandas da sociedade e o papel da corregedoria na orientação e fiscalização da atuação dos membros do Ministério Público.



▲ Luiz Sasdelli

A Voz do Ministério Público vai ao ar pela TV Comunitária de Belo Horizonte às quintas-feiras, às 20 horas; aos sábados, às 8h30; e, aos domingos, às 13 horas. É também exibido pela TV Assembleia, às segundas-feiras, às 19 horas; às quartas-feiras, às 2 da manhã; às quintas, às 5 da manhã; e, aos sábados, às 6h30.

Todos os programas estão disponíveis no site da AMMP – www.amp.org.

Apartamentos de Cabo Frio são inspecionados

Foi realizada, em junho, inspeção de rotina nos apartamentos de Cabo Frio. Foram trocadas duas portas do apartamento 403, que estavam com cupim, e comprados três ventiladores de teto para o mesmo apartamento, danificados

pelo efeito da maresia. “Os outros serão trocados gradativamente”, informa a diretora administrativa Selma Maria Ribeiro.

Também foram adquiridos alguns utensílios para reposição.

Outras necessidades

São ainda necessárias 24 cadeiras das mesas da sala de jantar, que devem ser trocadas até o final do ano. Selma Ribeiro diz que elas serão substituídas por cadeiras tubulares, que têm melhor preço e suportam bem o uso em ambiente de praia.

Constatou-se ainda a necessidade de dedetização das cozinhas dos apartamentos.

Também as esquadrias de alumínio das varandas estão

sofrendo ação da maresia. Os tubos de fixação que ficam dentro do alumínio que são de ferro estão deteriorando e inchando e rachando a estrutura de alumínio. “Teremos que trocar as esquadrias e os tubos de ferro de fixação, que deverão ser de inox. São oito varandas no total”, destaca Selma Maria.

As telas mosquiteiras que estão nas portas das salas, dos quartos e na janela da área de serviço serão substituídas. Tam-

bém o filtro da cobertura necessita de reparo para evitar infiltração.

Dentre os utensílios comprados estão facas, bacias, petisqueiras, puxadores de armário, espremedores de limão, queijeira, saladeira, pirex, talheres para churrasco, tábuas de carne e copos de uísque, completa a diretora.



ARQUIVO PESSOAL

▲ Selma Maria: “Os outros serão trocados gradativamente”

Turma do XXXI Concurso comemora 20 anos da posse

Grande parte dos 46 aprovados no XXXI Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público celebrou, no dia 2 de junho, os 20 anos de posse na Pizzaria 68, em Belo Horizonte. O convidado especial foi o procurador de Justiça aposentado Arnaldo Coelho, examinador à época, que compareceu com a família. A posse se deu em 30 de maio de 1993.

Os aprovados de 1993 foram: Geraldo Viggiano Fernandes, Bruno Oliveira de Vasconcelos, Marcos Vinícius Barbosa, Marino Cotta M.T. Filho, Élide de Freitas Resende, Patrícia Habkouk, Marcelo Marquesani, Sérgio de Castro M. dos Santos, Lilian Maciel Santos, Sérgio Ameruso Ottoni, José Ricardo Souza Rodrigues, Lisângeli Alcântara E. Rocha, André Pardo de Vasconcelos, Carlos Gonçalves de Moura, Angélica Ferrari, Lúcio Mauro Claro, Vilma Pompeu C. Paschoalini, Cláudio Varella de Souza, Marcos Vinícius do A. Daher, Carlos Augusto Gomes Braga, Luís Cláudio F. Magalhães,



PEPERO HENRIQUE

Maria Regina Capeli Pinto, Magali Albanesi, Regina Lúcia Moares Costa, Teresa Cristina C. do Nascimento, Sérgio Gildin, José Renato R. Bueno, Rita de Cássia M. Rolla, José Roberto B. Cardarelli, Adilson de Oliveira Nascimento, Luciano Luz Badini Martins, Rosângela Fátima de Freitas, Gregório Assagra de Almeida, Marcos Tofani

Baer Bahia, Eduardo Henrique S. Machado, Aluísio Gonçalves de C. Mendes, Mara Lúcia Silva Dourado, Nicole Frossard de Filippo, Thaís de Oliveira Leite, Lúcio Eduardo de Brito, Cláudio Monteiro Gontijo, José Jairo Gomes, Marisa Levin Cremonesi, Eduardo Sócrates C.S. Filho, Joviane Vasconcelos Novaes e Marisson Maurício Mendes.

▲ O clima foi de alegria e descontração no encontro da turma do XXXI Concurso

Fundamig e Caots promovem o 9º Encontro Estadual do Terceiro Setor



▲ No encerramento, foram apresentadas as deliberações do grupo

A Federação Mineira de Fundações e Associações do Direito Privado (Fundamig), em parceria com o Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor (Caots), promoveu, em Belo Horizonte, o 9º Encontro Nacional do Terceiro Setor, nos dias 10 e 11 de junho. Do evento participaram, dentre outras autoridades e representantes do TS, o governador Antonio Anas-

tasia, o prefeito Márcio Lacerda e o procurador-geral de Justiça, Carlos André Mariani Bittencourt.

Estiveram presentes também personalidades de áreas empresariais, jurídicas e governamentais de todo o país, destacando a participação de procuradores e promotores e de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social de vários estados da Federação.

Painéis com temáticas diversas, como a profissionalização do setor, captação de recursos e sustentabilidade foram realizados, além de debates de interesse das organizações do Terceiro Setor e oferta de serviços gratuitos, como consultoria contábil e jurídica oferecida pelo Caots. No encerramento, a mesa foi presidida pelo presidente da Fundamig, professor Leonardo Coelho, e pela coordenadora do Caots, promotora de Justiça, Valma Leite da Cunha, com participação de representantes que lideraram os debates, como Antônio Cabral, da Conspiração Mineira pela Educação, que apresentou as deliberações dos grupos. Também foi lida a Carta de Belo Horizonte, na qual os participantes do evento se manifestaram contra a PEC 37.

A participação efetiva da sociedade civil organizada durante o evento destacou sua importância para a manutenção da comunicação entre as entidades e o intercâmbio de informações. Essa comunicação é facilitada pela Fundamig, que há 19 anos busca atender e capacitar as organizações do Terceiro Setor, fortalecendo as parcerias com o 1º e 2º Setores, afirma Valma Leite.

Avanços e problemas são apresentados

De acordo com Valma Leite, o encontro promoveu amplo debate e fecunda troca de experiências, além de estudos e análises com a apresentação dos avanços, problemas e soluções propostas para o setor. A profissionalização da gestão e a sustentabilidade do setor são, segundo Valma, os grandes desafios a serem enfrentados.

Segundo a promotora, diante da incapacidade do Poder Público de atender, sozinho, as crescentes demandas sociais, vem se acentuando a parceria com o Terceiro Setor, que atua, de forma eficaz, em várias frentes como saúde, educação, cultura, esporte e assistência social, colaborando com a implementação das políticas públicas.

A promotora de Justiça ressalta o

relacionamento estreito entre o Caots e a Fundamig, segundo ela, gestada dentro do Centro de Apoio com vistas a dinamizar os serviços e orientações prestados a cada entidade.

Valma Leite anuncia ainda o incremento da assessoria prestada pelo Caots aos promotores de Justiça do interior e a meta de se criarem coordenadoras regionais. Também, segundo ela, é urgente e imprescindível a regulamentação da atuação do Ministério Público junto às associações de interesse social, já que a norma hoje existente, contempla somente as fundações.

A coordenadora informou ainda que vem sendo planejada a realização do Diagnóstico Estadual



▲ Promotora de Justiça Valma Leite da Cunha

do 3º Setor, com levantamento de dados das fundações e associações de todo o Estado.

Os interessados podem contatar o Caots pelo telefone (31) 3295-7348 ou pelo e-mail a valma@mp.mg.gov.br.

A profissionalização da gestão e a sustentabilidade do setor são, segundo Valma, os grandes desafios a serem enfrentados

Campanha Brasil contra a Impunidade apresenta balanço de atividades

A mobilização iniciou-se quando a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), com apoio dos deputados Alessandro Molon (PT/RJ) e Vieira Brito (PDT/RJ), conseguiu a realização de audiência pública, visando à manifestação de juristas contra a proposta, o que impediu a imediata votação e aprovação na Comissão Especial em abril de 2012.

No entanto, destaca o presidente da Associação Mineira dos Membros do Ministério Público (AMMP), Nedens Ulisses, coordenador

nacional da campanha contra a PEC 37 – Brasil contra a Impunidade, “quando já terminava o prazo para sua extinção, em votação avassaladora no dia 21 de novembro, a PEC foi aprovada com 14 votos a favor e dois contra, sendo encaminhada imediatamente ao plenário”.

A partir daí, Nedens Ulisses e outros representantes de associações compareceram a todas as audiências e intensificaram os contatos com os parlamentares na Câmara. As principais ações e eventos foram:

■ **1º de dezembro de 2012** – Lançamento da Campanha Brasil contra a Impunidade, na sede do Ministério Público Militar, em Brasília. Após a solenidade, da qual participaram parlamentares, jornalistas, presidentes de associações de MP, procuradores-gerais de Justiça, dentre outros, os membros do Ministério Público entregaram a Carta de Brasília ao então presidente da Câmara, Marco Maia, defendendo o poder investigatório do *parquet*. Essa mesma carta foi entregue ao novo presidente da Câmara, deputado Henrique Alves, em 24 de abril deste ano.

■ **18 de dezembro de 2012** – AMMP, Conamp, Conselho Nacional de Procuradores-Gerais e a Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais acompanharam o julgamento dos recursos originários de Minas Gerais e São Paulo que discutem a legitimidade das investigações criminais levadas a efeito pelos MP estaduais. Os ministros Marco Aurélio (no caso mineiro) e Lewandowski (caso paulista) pediram vista dos processos.

■ **Janeiro de 2013** – Contratação de jornalista e empresa para atender exclusivamente o site www.brasilcontraimpunidade.com.br, criado para alcançar o maior número possível de pessoas, cuidando ainda das redes sociais e de todos os movimentos contra a PEC 37. Foram criados VT e *spots* para dinamização da campanha, cabendo às associações estaduais a divulgação em seus estados.

■ **Dia 31 de janeiro** – Membros da Conamp e das associações estaduais do MP reuniram-se com o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Leonardo Ulrich Steiner. Da AMMP, estiveram presentes o assessor legislativo José Perdigão e o presidente Nedens Ulisses.

■ **Dia 1º de fevereiro** – A diretoria da AMMP e representantes da PGJ reuniram-se para traçarem as ações conjuntas a serem feitas contra a PEC.

■ **Dia 26 de fevereiro** – AMMP e PGJ deflagram em Minas a Campanha Brasil contra a Impunidade, em solenidade na PGJ.



Reunião na AMMP



Debate na Assembleia sobre Direitos Humanos e Investigação



Ato Público no Crea



Mesa no Ato Público do Crea



PGJ: abertura da campanha em Minas



■ **20 de março** – Início das visitas da diretoria da AMMP e de representantes da PGJ a veículos de imprensa e ao Sindicato dos Jornalistas de Minas.

■ **21 de março** – Representantes da Comissão criada para o combate à PEC 37 definem o calendário de ações contra a proposta em todo o país. A vice-presidente da AMMP, Shirley Fenzi, participou da reunião.

■ **2 de abril** – Gravação de *A Voz do Ministério Público* sobre a campanha Brasil contra a Impunidade. Os entrevistados foram o PGJ Carlos André Mariani e o presidente da AMMP, Nedens Ulisses.

■ **9 de abril** – Conamp, AMMP e Associação Goiânia visitam parlamentares na Câmara e Senado.

■ **Abril de 2013** – Na semana de 8 a 11, foram realizados atos públicos no interior de cada estado da federação, com participação popular em defesa do poder investigatório do MP. No dia 12, os atos foram promovidos nas capitais. Em BH, cerca de 500 pessoas participaram do ato na sede do Crea/MG.

■ **24 de abril** – Ato Público em Brasília – Mobilização Nacional contra a PEC 37. Realizado simpósio no Ministério Público do Distrito Federal com participação de juristas; caminhada ao Congresso e entrega do abaixo-assinado e da Carta de Brasília ao presidente da Câmara. Minas Gerais foi o estado campeão com 115 mil assinaturas.

■ **29 de abril** – Representantes do MP e da Polícia Judiciária discutiram a PEC 37 com o presidente da Câmara, deputado Henrique Alves.

■ **15 de maio** – Membros da Conamp reunem-se com a bancada cearense na Câmara e fazem contato com deputados do Espírito Santo, Bahia e Paraná.

■ **21 de maio** – Lançamento do livro “Investigações exitosas realizadas pelo Ministério Público”, no Senado.



Apoio popular reverte o resultado da votação

Em junho, milhares de manifestantes foram às ruas de todo país protestar e, entre as muitas reivindicações, pediam o arquivamento da PEC 37. Esse apelo popular foi decisivo para que os deputados federais derrubassem a proposta.

A luta contra a aprovação da emenda que ficou conhecida como PEC da Impunidade, começou, no entanto, bem antes dessas manifestações. O Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), a Associação Nacional dos Procuradores da República, a Associação Nacional do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho e a Associação Nacional do Ministério Público Militar criaram a Campanha Brasil contra a Impunidade, que tornou conhecida a PEC 37.

Esse trabalho esclareceu sobre os riscos da aprovação da proposta e motivou a população a assumir também essa bandeira em suas manifestações, avalia a vice-presidente da AMMP, Shirley Fenzi.



▲ Reunião da Conamp com a bancada do PSDB na Câmara



▲ Diretoria da Conamp com parlamentares no Congresso

FOTOS CONAMP

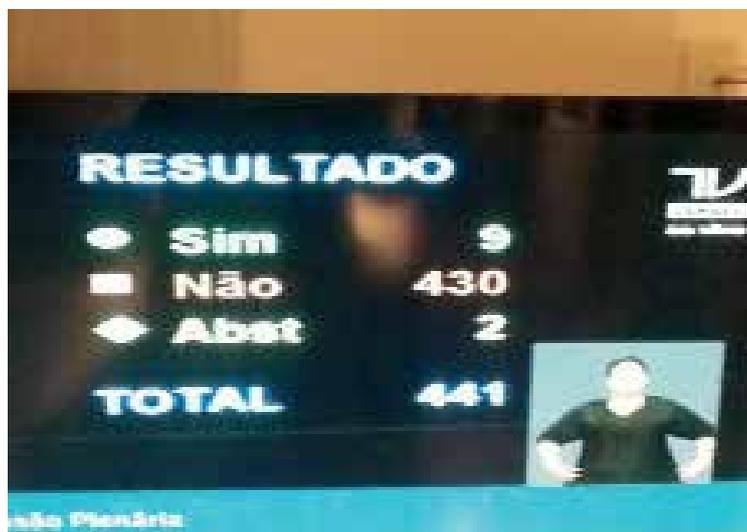


Câmara dos Deputados derruba a PEC 37

Com 430 votos contra e nove a favor, a PEC 37 foi derrubada na noite de 25 de junho. O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), juntamente com todos os MPs do Brasil, esteve mobilizado, desde o início do ano, contra a aprovação da PEC que impediria o Ministério Público e outros órgãos de realizarem investigações criminais, que passariam a ser de competência exclusiva das polícias Federal e Civil.

A coordenação nacional da campanha contra a PEC 37, intitulada Brasil contra a Impunidade, ficou sob a responsabilidade do presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Nedens Ulisses.

A votação estava marcada para o dia 26 de junho, mas o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, decidiu adiar, segundo ele, por não haver acordo entre os representantes do MP e das polícias quanto ao texto substitutivo. Foi então marcada reunião para o dia 25 de junho, quando seria decidida nova data para a votação. No entanto, nessa reunião, líderes dos partidos na Câmara decidiram votar a PEC imediatamente, derrubá-la e, posteriormente, discutir nova proposta que regulamente as investigações criminais.



▲ O placar mostrou 430 votos a favor e 9 contra a rejeição da PEC 37



▲ Representantes do MP e da sociedade encheram as galerias da Câmara

Votação das PECs que tratam das penas de demissão foi suspensa

O plenário do Senado iniciou, no dia 11 de julho, o exame da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 75, que trata das penas de demissão dos membros do Ministério Público.

Se a denúncia tratar de crimes hediondos ou corrupção, o juiz ou promotor será colocado em disponibilidade – com vencimentos proporcionais, o que, na prática, significa redução de remuneração

No entanto, a votação da matéria, que tramita em conjunto com proposta que faz mudanças semelhantes para membros da Magistratura, foi suspensa por falta de quórum. Durante a sessão, o líder do PMDB, senador Eunício Oliveira (CE), alertou para o risco de insuficiência de quórum, já que as PECs exigem 49 votos para aprovação e o painel registrava pouco mais de 50 presentes. Não foi definido prazo para retorno das matérias à pauta do plenário.

A PEC 75/2011 prevê a aplicação das penas de demissão e cassação de aposentadoria ou de disponibilidade a promotores e procuradores de Justiça, por meio de decisão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Pelo texto, do senador Humberto Costa (PT-PE), permanecem outras penas, como a remoção compulsória e disponibilidade com vencimentos proporcionais.

Já o texto original da PEC 53/2011, também do senador Humberto Costa,

abre a possibilidade de que a aposentadoria compulsória, como punição disciplinar máxima para juízes e promotores condenados, seja substituída pela demissão.

Conforme substitutivo do senador Blairo Maggi (PR-MT), relator da matéria, a demissão aguardará a sentença transitada em julgado. Blairo explicou que, em caso de ilícitos penais puníveis com perda de cargo, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ou o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) ficarão obrigados a representar ao Ministério Público para que proponha, em 30 dias, a ação para a perda do cargo. Haverá possibilidade de suspensão das atividades, quando a ação for aberta. Se a denúncia tratar de crimes hediondos ou corrupção, o juiz ou promotor será colocado em disponibilidade – com vencimentos proporcionais, o que, na prática, significa redução de remuneração – enquanto tramita o processo.

Conforme emenda apresentada pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o tempo máximo da suspensão será de 90 dias e o de disponibilidade, de dois anos. Para deixar a situação mais clara, Aloysio Nunes ainda propôs que, na legislação específica para magistrados e

promotores conste a proibição de pena de aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais. Blairo acatou as emendas e disse que o substitutivo foi fruto de “grande entendimento”, que permitiu o texto final da proposta.

Acompanharam a sessão a 1º vice-presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Cavalcanti; os presidentes da Associação Mineira do Ministério Público, (AMMP), Nedens Ulisses; da Associação Sul-Mato-Grossense do Ministério Público (ASMMP), Alexandre Magno; da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP), Alencar Vital; da Associação Piauiense do Ministério Público, Paulo Rubens; da Associação do Ministério Público do Estado do Acre (Ampac), Admilson Silva; 1º secretário da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), Elísio Teixeira; presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Alexandre Camanho; presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo Lima, a vice-presidente da entidade; Daniela Varandas; o procurador-geral de Justiça Militar, Marcelo Weitzel; e membros do MP e da Magistratura.

Deputada apresenta PL que regulamenta a investigação criminal

O Partido dos Trabalhadores (PT) protocolou, no dia 18 de junho, projeto de lei que regulamenta a investigação criminal. O PL 5776/2013 define a investigação criminal no Brasil, em especial a atuação conjunta da Polícia Judiciária e do Ministério Público, bem como as formas de interação deste com os órgãos técnicos que colaboram com a apuração das infrações penais.

O PL foi protocolado pela deputada Marina Sant’Anna (PT-GO), coordenadora do grupo de trabalho do partido que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37 de 2011. Tam-

bém participam do grupo os deputados Ricardo Bezoini (PT-SP) e Henrique Fontana (PT-RS).

O texto defende que a investigação criminal seja materializada em inquérito policial ou penal, a depender da autoridade que o preside, ressalvados os crimes militares e as infrações penais de menor potencial ofensivo.

“O inquérito policial e o inquérito penal são instrumentos de natureza administrativa e inquisitorial, instaurados e presididos pela autoridade policial e pelo membro do Ministério Público com atribuição criminal, respectivamente”, segundo o PL.

DEM também protocola projeto de lei sobre o tema

No dia 19 de junho, o deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS) protocolou o Projeto de Lei (PL) 5789/2013, que dispõe também sobre a investigação criminal. O PL disciplina o procedimento investigatório no país, afirmando a atuação conjunta da Polícia Judiciária e do Ministério Público, “bem como as formas de interação destes com os órgãos

técnicos que colaboram com a apuração das infrações penais”.

No PL, dentre outros apontamentos, estão elencados os direitos do investigado. A preservação de imagem e da integridade e a notificação sobre a ocorrência de um procedimento investigatório são exemplo de garantias descritas no PL.

Entra na Câmara a terceira proposta

O deputado Bernardo Santana de Vasconcelos, do PR mineiro, apresentou, no dia 27 de junho, o PL 5837-2013, que limita a investigação do MP à autorização judicial e somente em situações excepcionais. Sua proposta estabelece regras para a investigação civil e criminal, com fixação de prazos, comunicações e meios de defesa do investigado. Também propõe a regulação dos recursos provenientes de termos de ajustamento de condutas, cujo controle, se aprovado o PL, será submetido a um conselho gestor, com vistas a fomentar melhor destinação, em especial para fins sociais, segundo sua justificativa.

Bernardo Santana é um dos sete deputados que votaram contra a derrubada da PEC 37.

MCCE lança a Campanha Eleições Limpas

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) lançou, no dia 24 de junho, a Campanha Eleições Limpas. O que se pretende é apresentar à Câmara dos Deputados projeto de lei de iniciativa popular, nos moldes da Lei da Ficha Limpa. O promotor de Justiça Eleitoral mineiro Édson de Resende integra a Comissão Relatora da Reforma Eleitoral desde fevereiro.

A mudança no financiamento das campanhas eleitorais, vedadas as doações de pessoas jurídicas e limitadas as doações de pessoas físicas ao valor de R\$ 700,00, é uma das propostas. “A diminuição das receitas de campanha casa-se com o sistema eleitoral proposto a seguir, que concentra a campanha eleitoral na

figura dos partidos políticos, responsáveis pelos programas e projetos de atuação governamental e parlamentar”, explica Édson de Resende.

Outra proposta é a alteração no sistema de votação nas eleições proporcionais e supressão de regras que limitam a liberdade de expressão dos cidadãos e da imprensa. Essa sugestão foi feita por Édson de Resende, Marlon Reis e Marcelo Roseno, do Voto Transparente, que consiste em lista preordenada e voto em partido (no primeiro turno) e voto nominal (no segundo turno). Para a formação da lista, foi fixada a exigência de convenção partidária democrática, com participação de todos os filiados, com o que se pretende

afastar o caciquismo partidário.

Em torno desses dois temas nucleares, diversas outras questões são tratadas no projeto, visando dar sustentação teórica e prática às ideias, dentre elas o estímulo ao debate de projetos políticos nas redes sociais, a qualquer tempo, desde que não haja ônus financeiro, visando dar espaço às novas lideranças que podem surgir sem a dependência do poder econômico, destaca Édson de Resende.

A campanha está na página www.eleicoeslimpas.org.br. A expectativa é que o projeto seja apresentado à Câmara dos Deputados no início de agosto, o que permitiria sua aprovação até o final de setembro.

A mudança no financiamento das campanhas eleitorais, vedadas as doações de pessoas jurídicas e limitadas as doações de pessoas físicas ao valor de R\$ 700,00, é uma das propostas

SicoobJUS-MP abre linha de financiamento com juros baixos

A SicoobJUS-MP - Cooperativa de Crédito está oferecendo um novo produto a seus clientes. Além das diversas modalidades de crédito pessoal, a cooperativa agora tem financiamento imobiliário, com recursos próprios e que pode ser usado na compra de imóvel, terreno ou para construção. Esse serviço foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da instituição em maio. O financiamento é de 120 meses, com juros pós-fixado de 0,49% ao mês, mais CDI. A unidade também tem consórcio para aquisição de carro zero e imóveis

para o público em geral, com taxa de administração menor do que todas as outras do mercado.

Segundo o presidente da SicoobJUS-MP, Amando Prates, “a vantagem do financiamento é justamente a redução de prazo e parcelas menores do que qualquer financiamento do mercado”.

Assim como as demais cooperativas de crédito, a SicoobJUS-MP é regulamentada e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil e integrante do Sistema Financeiro Nacional, sendo vinculada às normas que o regem.



Bárbara Pinho

Brasileiro não tem hábito de poupar

Também é comercializado pela SicoobJUS o Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL da Jusprev. O grande diferencial desse produto é que ele dá benefício fiscal ao poupador. Nesse plano, a previsão de retirada depende do valor dos depósitos, que podem ser interrompidos. Também podem ser feitos aportes na conta-investimento, conforme a necessidade.

Pesquisa recente, publicada pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Curitiba, mostra que 74% da população não faz nenhum investimento pensando no futuro e que 42% afirmam que não têm condições de poupar qualquer quantia.

O presidente da SicoobJUS-MP,

Amando Prates alerta, especialmente, os membros do Ministério Público e da Magistratura admitidos em sua Instituição a partir de 2004 para a importância da previdência suplementar, já que estes não terão aposentadoria integral, conforme a Reforma Previdenciária daquele ano.

O SicoobJUS-MP conta com os benefícios de fazer parte do Sicoob Central Cecremge (Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais) e, por intermédio dele, todos os serviços do Bancoob (Banco Cooperativo do Brasil S/A), como cartões de débito, crédito, compensação de cheques e outros estão disponíveis para os as-

sociados. As garantias oferecidas pelo Fundo Garantidor do Sicoob (FGS) é outra vantagem que o SicoobJUS-MP oferece aos cooperados. Através do FGS, eles têm assegurada a cobertura dos seus depósitos até o valor de R\$ 70 mil.

É filiada a diversas instituições cooperativistas nacionais, como a Ocemg/Sescoop-MG (Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais) e o Sicoob Brasil (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil), reconhecido nacionalmente e que reúne atualmente 14 cooperativas centrais e 584 cooperativas de crédito singulares em 20 unidades da federação.

Amando Prates: vantagem é a redução de prazo e parcelas menores

Pesquisa recente, publicada pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Curitiba, mostra que 74% da população não faz nenhum investimento pensando no futuro e que 42% afirmam que não têm condições de poupar

Presidente de comissão avoca relatoria de projetos sobre investigação criminal

O presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados, deputado Otávio Leite (PSDB/RJ), avocou a relatoria dos projetos que tratam da investigação criminal

em tramitação na Casa. São eles: PL 5776/13, da deputada Marina Santanna (PT/GO).

Ao PL 5776/13 estão apensados os abaixo relacionados: PL 5789/13, do deputado Onix Lorenzoni (DEM/RS); PL 5816/13,

do deputado Arthur Oliveira Maia (PMDB/BA); PL 5820/13, do deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP) e demais líderes partidários. O PL 5837/13, do deputado Bernardo Santana (PR/MG), foi pensado também.

Sugestões para o indulto natalino podem ser enviadas até 23 de agosto

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) recebe, até 23 de agosto, sugestões para a elaboração das regras para o indulto natalino de 2013.

As regras para o indulto são elaboradas pelo CNPCCP com a participação da sociedade, bem como com os órgãos dos poderes Judiciário, Executivo, Legislativo e Ministério Público. Depois de consolidada, a proposta é submetida ao ministro da Justiça que, em caso de aprovação, a encami-

nha para a sanção da Presidência da República.

As sugestões podem ser enviadas para o e-mail cnpcp@mj.gov.br, para o fax (61) 2025-9838 ou para o endereço “Ministério da Justiça – Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 303 – CEP: 70.064-900, Brasília-DF”.

Com a mesma finalidade, o CNPCCP vai realizar, provavelmente em 4 de setembro próximo, no Ministério da Justiça, audiência pública para debater as propostas que foram encaminhadas.

Quando um sentenciado é beneficiado pelo indulto natalino, sua pena é declarada extinta. Já a saída temporária – prevista na Lei de Execuções Penais (LEP) – é autorizada pelo juiz para os presos do regime semiaberto em casos específicos, inclusive por ocasião do Natal. Essa saída não pode ser superior a sete dias, podendo ser renovada por quatro vezes durante o ano. O juiz pode definir que haja monitoração eletrônica, o que já é praticado em alguns estados.

Só 38% dos crimes contra a administração foram julgados

Dos processos relativos a improbidade administrativa e às ações penais de crimes contra a administração pública distribuídos até dezembro de 2011, só 38% foram julgados pelos tribunais de Justiça dos estados, tribunais regionais federais e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ainda precisam ser julgados 74.557 processos, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Entre os crimes contra a administração pública, estão a prática de corrupção, peculato (desvio de dinheiro) e sonegação previdenciária.

Esses dados foram levantados pelo grupo de monitoramento da Meta 18 do CNJ. Estabelecida em novembro do ano passado como forma de combate e enfrentamento da cor-

rupção no Brasil, a meta é julgar, até o fim deste ano, 100% dessas ações que tramitam há mais de um ano e meio na Justiça.

Com 26% de cumprimento dessa meta, o Tribunal de Justiça mineiro (TJMG) está abaixo da média nacional. Das 4.697 ações que são alvo do grupo de monitoramento do Conselho Nacional, 3.465 ainda não foram julgadas pela Justiça mineira. Segundo os dados do Conselho, o TJMG terá que julgar 74% do total até o fim deste ano.

De acordo com o conselheiro do CNJ e presidente do grupo, Gilberto Martins, no Brasil, a média de tempo para julgamento desse tipo de processo é de seis a sete anos – considerada muito alta. “Não se pode

mais permitir que essas ações, que são de grande importância, continuem a prescrever. É preciso tratar os casos como prioritários”, frisou.

Ainda segundo ele, o ideal era que a média nacional estivesse perto dos 70% de cumprimento. “Nossa expectativa é a de que os juízes, alertados pela meta, tenham começado a instruir os processos neste primeiro semestre e que, no segundo, ocorra um elevado número de julgamentos”, avaliou o conselheiro. Gilberto Martins afirma ainda que, mesmo que os tribunais não consigam chegar a 100%, se alcançarem entre 75% e 85%, será um bom resultado.



**SEGURO VIAGEM.
COM A SIENA É MUITO MELHOR!**

Assistência médica - Assistência Jurídica - Localização de bagagem
Mais de 100.000 profissionais credenciados em todo o mundo

Siena Corretora de Seguros - recomendada pela AMMP pela qualidade de serviços prestados aos associados!

Para fazer o seu Seguro de Viagem acesse:
www.sienaseguros.com.br ou ligue:
0800 771 1231

GRUPO SEGURADOR

AMMA ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

BANCO DO BRASIL

MAPFRE SEGUROS

Siena CORRETORA DE SEGUROS

CAODH busca aprimorar o controle externo das polícias

Aprimorar a fiscalização da atividade policial e a qualidade do serviço prestado ao cidadão é, segundo a coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos e Controle Externo da Atividade Policial (CAODH), Nívia Mônica da Silva, do Ministério Público mineiro, o objetivo da ação educacional intitulada “Desafios e perspectivas para a efetivação do controle da atividade policial nos âmbitos interno, externo e social”, realizada em formato de oficina, para promover a interlocução entre os atores responsáveis pelo controle da atividade policial, aproximando-os e fortalecendo seu compromisso técnico e ético. “Subsidiada no tríptico saber, saber fazer e saber ser, foram buscados o aprofundamento teórico, a reflexividade e a consolidação de práticas articuladas com as demandas da sociedade mineira”, destaca a promotora.

Por meio de painéis temáticos, conferências e grupos de trabalho, constituídos por diversos segmentos da sociedade, privilegiaram-se a interlocução e a interdisciplinaridade como estratégia para o aprimoramento do controle da atividade policial em seus diversos âmbitos.

O evento, promovido pelo Ministério Público (CAODH/Ceaf) e pela Ouvidoria de Polícia do Estado nos dias 10 e 11 de junho, pretendeu envolver todos os atores que participam do controle da atividade policial em Minas Gerais, em parceria estreita com as corregedorias das polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiro, na elaboração de pautas para discussão e construção de enunciados propositivos. A oficina aconteceu na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público, em Belo Horizonte.

Por ser o trabalho de fiscalização da atividade policial delicado e desafiador, devendo, para sua consecução, abranger todo um sistema articulado de ações, Nívia avalia que foi cumprido o objetivo a que se propuseram. “A interlocução entre o Ministério Público e as corregedorias de Polícia foi aprimorada e, em decorrência disso, foi fortalecido o compromisso de ambas as instâncias de controle das polícias em prol da eficiência

“A interlocução entre o Ministério Público e as corregedorias de Polícia foi aprimorada”

do trabalho de segurança pública referendado em um paradigma de respeito e promoção de direitos humanos”, destaca.

Nívia ressalta também que as discussões e os debates intermediados por estudiosos foram finalmente traduzidos em enunciados propositivos que vão orientar as ações de fiscalização e de correição, “numa clara demonstração de que é possível construir conjuntamente propostas que contribuam para a efetividade da fiscalização da atividade policial”.

Foram apontadas ainda as várias dificuldades para que se obtenha efetividade no controle externo da polícia, atividade exclusiva ao MP. Duas questões, diz Nívia, são recorrentes quando se pretende aprimorar a atuação nessa área: a necessidade de melhorar a qualidade da comunicação e interação entre as instâncias de controle e a de se viabilizar o acesso dos membros às informações que lhe permitam intervir no sentido de responsabilizar o agente, coibindo os excessos ou sanando a omissão na prática policial.

PGJ



▲ Nívia Mônica presidiu a oficina

Comunicação e informação são os maiores desafios

Em vários enunciados produzidos pelo grupo de controle externo pode-se perceber que o acesso direto a todos os bancos de dados das forças de segurança pública configura uma das principais demandas dos membros. Da mesma forma, a criação de grupos de membros com essa atribuição com o fim de despersonalizar a atuação do MP é uma demanda que surge com frequência nas discussões.

Desse modo, complementa a promotora, operacionalizar o exercício da atividade de controle externo das polícias significa dotar o membro das ferramentas de que necessita para identificar as falhas nessa ação. O uso da tecnologia como forma de coibir e prevenir ilícitos praticados pela polícia também é importante ponto a ser aprimorado. Como exemplo, Nívia cita a utilização de geolocalizadores e videomonitoramento nos automóveis utilizados pela polícia, uma das propostas do grupo que

foi aprovada pelos 120 participantes durante a plenária.

Nívia informa que são vários os membros que desenvolvem excelente trabalho nessa área, inclusive buscando a responsabilização civil dos agentes de segurança pública que agem de modo a frustrar quaisquer dos princípios da Administração Pública. Percebe-se, no entanto, que é preciso construir rotinas e procedimentos que possam sistematizar esse trabalho e, por consequência, difundir-lo entre todos os membros para que a atuação seja pautada nos mesmos parâmetros.

Atento a esse desafio, o CAODH que também é o órgão auxiliar responsável pelo apoio operacional às promotorias de Justiça de controle externo, está elaborando um roteiro de atuação para os membros. A expectativa é de que tão logo a resolução que regulamenta em âmbito estadual o controle externo da polícia seja publicada, os esfor-

ços do CAODH estejam concentrados na conclusão da proposta de roteiro de atuação. “Isso é muito importante para que nossa atuação se mantenha impessoal e, ao mesmo tempo, possa contribuir para maior eficiência na prestação dos serviços de segurança pública ao cidadão. Afinal, esse é o fim e a razão de ser do controle externo da atividade policial”, arremata ela.

O ouvidor nacional de Direitos Humanos, Bruno Renato Teixeira, representando a ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes, ministrou a palestra “Desafios e perspectivas para a efetivação do controle da atividade policial nos âmbitos interno, externo e social” para integrantes do Ministério Público mineiro e das forças de segurança do Estado. O procurador-geral de Justiça foi representado pelo promotor de Justiça e diretor do Centro de Estudos Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), Luciano Badini.

CPMI apresenta diagnóstico da violência contra a mulher no Brasil

Mais de
92 mil
mulheres foram
assassinadas no
Brasil nos últimos
trinta anos, sendo
43 mil
delas só na última
década

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que investigou a violência contra mulher no Brasil, aprovou, em junho, relatório com 70 recomendações às diferentes esferas de governo e da Justiça e 14 propostas de alteração legislativa, que devem iniciar a tramitação de maneira alternada pela Câmara e o Senado. O documento apresenta ainda diagnóstico da violência e do enfrentamento do problema nos 26 estados e no Distrito Federal.

Instaurada “com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”, a CPMI teve como presidente a deputada federal Jô Moraes (PCdoB/MG), e vice, a deputada federal Keiko Ota (PSB/SP). A relatoria ficou com a sena-

dora Ana Rita (PT/ES).

O relatório final da CPMI foi encaminhado às presidências das duas casas legislativas, além de autoridades federais e estaduais no Executivo e no Judiciário.

Segundo a pesquisa intitulada “Mapa da Violência: Homicídios de Mulheres”, mais de 92 mil mulheres foram assassinadas no Brasil nos últimos trinta anos, sendo 43 mil delas só na última década. “A curva ascendente de feminicídios (assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres), a permanência de altos padrões de violência contra mulheres e a tolerância estatal detectada tanto por pesquisas, estudos e relatórios nacionais e internacionais quanto pelos trabalhos desta CPMI estão a demonstrar a necessidade urgente de mudanças legais e culturais em nossa sociedade”, destaca o relatório.

De acordo com o documento, “É preciso dar um basta nas di-

versas manifestações de violência contra as mulheres, sobretudo em sua forma extrema: o assassinato. Também urge lembrar que, no Brasil, os assassinatos de mulheres são praticados, majoritariamente, por parceiros íntimos. Nesse contexto, ganha especial destaque a chamada Lei Maria da Penha, diploma legal destinado ao enfrentamento da violência doméstica e familiar que este Colegiado busca aprimorar pontualmente, a fim de garantir-lhe a máxima eficácia”.

Minas Gerais tem 19.597.330 habitantes (IBGE, Censo 2011). São 9.955.453 mulheres, o que significa 50,80% da população total do Estado. Ocupa a 19ª colocação no *ranking* da violência contra as mulheres, com a taxa de 3,9 homicídios a cada 100 mil mulheres. Belo Horizonte é a 13ª capital mais violenta do País, com a taxa de 6,2 (CEBELA, Mapa da Violência 2012).

Epidemia é global

Cerca de um terço das mulheres em todo o mundo já sofreu violência ou abuso sexual do namorado, marido ou companheiro, de acordo com o primeiro grande estudo sobre o assunto. O relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS), divulgado em julho, indica que aproximadamente 40% das mulheres mortas no mundo todo foram assassinadas pelos companheiros.

As agressões geram problemas de saúde como fraturas, contusões, complicações na gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, depressão e outros problemas mentais, informa o relatório. Quarenta e dois por cento das vítimas sofrem algum tipo de ferimento. “A violência doméstica contra as mulheres é um proble-

ma de saúde global, de proporções epidêmicas”, declarou Margaret Chan, diretora-geral da OMS, em um relatório.

A organização define como violência sexual o sexo forçado, por medo ou quando a mulher é obrigada a fazer algo considerado humilhante ou degradante. Tapas, empurrões, socos ou ataques com armas são definidos como violência física. “Essa é a realidade cotidiana para muitas, muitas mulheres”, disse Charlotte Watts, especialista em políticas para saúde no London School of Hygiene e coautora do estudo.

O caso de uma gangue que estuprou uma jovem em um ônibus na Índia gerou protestos e ganhou repercussão mundial. A mulher, de 23 anos, acabou morrendo em decorrência dos ferimentos. “Casos como

esse despertam preocupação, mas devemos lembrar que centenas de mulheres são estupradas diariamente nas ruas ou em suas casas, sem que virem manchetes de jornais”, disse Claudia Garcia-Moreno, também coautora do relatório.

Vítimas da violência de seus parceiros estão uma vez e meia mais expostas a doenças sexualmente transmissíveis, como sífilis. Em algumas regiões, como na África Subsaariana, elas têm uma vez e meia mais chances de contrair o vírus HIV.

A OMS divulgou também diretrizes para as autoridades lidarem com o problema. A organização defende que funcionários da saúde sejam treinados para identificar sinais de que as pacientes sofreram maus-tratos e para saber como agir.

Ontem, o poder investigatório criminal. Hoje, a vitaliciedade. Amanhã e sempre, uma constante e necessária reflexão

Em tempos de grandes movimentos, de idas e vindas, de pontos e contrapontos, muitos buscam respostas, sínteses do acontecido e prognósticos do acontecer, do que esperar e do que fazer. Para o mais pessimista, vivenciamos o ocaso. Para o mais otimista, o alvorecer, o melhor dos mundos. Para outros, vivenciamos o interlúdio, a busca não do melhor dos mundos, mas de um mundo melhor.

Diante de tudo isso, perguntamos: e o nosso Ministério Público? Para onde vamos? O que queremos? O que buscamos? E como devemos buscar e fazer?

Se não vivenciamos uma crise de identidade, temos a indispensável consciência de que sentimos uma crise do Estado, em que formas de representatividade são questionadas, instituições são cobradas – enfim, tudo parece inserir-se em uma onda de necessárias reestruturações.

Reestruturação, sim; retrocesso, jamais.

A recente rejeição popular da PEC 37 nos conduziu ao autoexame e à autocrítica de que nossa legitimidade não decorre da forma, de normas, de estruturas ou do mérito de um ou de outro agente, mas sim da própria sociedade, que exige ações, compromissos e comportamentos com os mais altos valores do nosso tempo.

Edgar Morin já apontou que,

"Se não vivenciamos uma crise de identidade, temos a indispensável consciência de que sentimos uma crise do Estado, em que formas de representatividade são questionadas, instituições são cobradas"

tal como as forças regressivas ou desintegrantes, as forças geradoras também despertam nas crises. Nossa essencialidade e nossa vitalidade decorrem da força popular, progenitora e nutriz de possibilidades transformadoras prodigiosas.

Não somos protagonistas desse processo democrático continuado, inacabado e desejoso de mudanças e de reestruturações, mas sim agentes – social e reconhecidamente – legitimados para tanto. Não somos melhores, nem piores, somos mandatários desse poder popular, que nos conferiu a vitaliciedade, não como garantia pessoal ou institucional, mas como pressuposto do exercício desse mandato popular imune a pressões internas e externas, em consonância com uma ordem de justiça e de efetividade.

Vitaliciedade que não se confunde com imobilidade, impunidade e abusividade, mas que se reafirma pela essencialidade do exercício de nosso ministério, que, à evidência, deve ser público, para o público e pelo público, e não limitado, estiolado por interesses outros, em manifesto e indevido ministério privado.

Vivenciamos, assim, como ontem, o perigo de novas propostas de emenda constitucional que, ao argumento de necessárias mudanças, afastam garantias, direitos e prerrogativas. Agora, a vitaliciedade. Amanhã?

Conforme já afirmou Holderlin, "lá onde cresce o perigo, cresce também aquilo que salva."

O perigo de mais uma proposta de emenda constitucional nos associa ao sentimento social de um Ministério Público forte e independente, cuja força se sustenta



"Não somos protagonistas desse processo democrático continuado, inacabado e desejoso de mudanças e de reestruturações, mas sim agentes – social e reconhecidamente – legitimados para tanto"

na titularidade desse mandato popular e cuja independência reclama altivez e serenidade, firmeza e diálogo, subjetividade e alteridade, razão e sensibilidade, unidade e pluralidade, visões demandista e resolutiva. Condições? Não. Apenas a ambivalência e a dialética da vida.

Vida institucional, que pressupõe erros e acertos, mas que não pode compadecer com os equívocos, os quais devem ser corrigidos com firmeza, transparência, justiça e celeridade. O exercício abusivo e pontual de direitos, garantias ou prerrogativas não pode justificar supressões, mas sim a justa medida de adequações. Já dizia Aristóteles que a virtude está no meio.

A vitaliciedade é imprescindível ao legítimo exercício do nosso mandato popular.

Que a sensibilidade do nosso tempo possa reafirmar essas e outras garantias não como fim, mas como meio virtuoso de realização crescente e continuada do nosso povo.

*PROMOTOR DE JUSTIÇA

"O perigo de mais uma proposta de emenda constitucional nos associa ao sentimento social de um Ministério Público forte e independente"

"Vitaliciedade que não se confunde com imobilidade, impunidade e abusividade, mas que se reafirma pela essencialidade do exercício de nosso ministério"

Fair Play é campeão Estadual de Futebol Society

A equipe Fair Play foi a campeã do IV Torneio Estadual de Futebol Society da AMMP, realizado no dia 13 de julho, no Centro de Futebol Zico, em Belo Horizonte. O segundo lugar ficou com a Seleção Divinópolis, e o terceiro coube ao time Catadão do Hugo. Participaram do campeonato os três times classificados mais o Ibis II. O artilheiro foi o promotor de Justiça Hugo Barros; e o goleiro menos vazado foi Vanne de Rezende.

Na fase classificatória, todos os times se enfrentaram. A final foi disputada entre os dois melhores colocados - Fair Play e Seleção

Fotos Henrique



Divinópolis, decidida na prorrogação, após empate no tempo regulamentar.

Depois dos jogos, os atletas participaram de confraternização na sede da AMMP.



Fotos AMMP



A Fair Play venceu a Seleção Divinópolis

AMMP promove a oitava festa julhina



Muita animação e balanço agitaram a tarde do dia 6 de julho no parque esportivo da AMMP, onde estiveram reunidos associados, funcionários e familiares. Músicos e cantadores deram o tom da festa.

Quadrilha especial foi dançada por oito casais do Forró Pé de Serra, que participa do grupo especial do Arraial de Belô.

As crianças deram um show à parte.



Fotos Pedro Henrique

Desfile em prol de crianças carentes reúne grandes grifes no Palácio das Artes

O Núcleo de Composição de Parcerias em Projetos e Ações - O Proação apresenta o VI Proação Fashion Day, desfile beneficente em 28 de agosto, às 20 horas, no Palácio das Artes. O evento propõe novo olhar sobre a moda e convida a sociedade e as grandes empresas a pensarem e se envolverem em projetos sociais.

Haverá apresentação do grupo de dança das crianças atendidas pela instituição e desfiles de importantes grifes. A renda será revertida para as ações realizadas pela entidade.

O Proação atende mais de 100 crianças da Comunidade de Nova Vista, com aulas de dança e a implantação do corpo de baile. Incorporou em suas ações e missão duas casas de acolhimento no Bairro Prado: Filhos de Nazaré, que abriga crianças de zero a sete

anos retiradas de seus lares por determinação judicial; e Mãos de Maria, casa pioneira em Minas Gerais que acolhe somente bebês de zero a 12 meses, em situação similar.

Entendendo a importância social dessa iniciativa, 14 grifes se apresentam na passarela: Atmo, Alex Moreira Alta Costura, Chocolate Colorido, Carmen Steffens, DBZ, Íris Clemência, La Pen Atelier, Lenelee, Monnalisa, Patrícia Motta, Pettersen, Morana, Roilma Jóias e Trinteno.

Neste ano, haverá participação especial do novo *showroom*: Coven, Condotti, Vivaz, Barbara Bela, Printing, Mabel Magalhães, Isla, Essenciale, Renata Campos, Nana Kokaev e Madrepérola. A trilha sonora será do Dj Carlos Dee/ Happy Feet Jazz Band/ Aline Calixto/ Mayara Fernandes/ Aline Rosa-Banda Cheiro de Amor e Mauricio Tizumba.

O produtor Alex Moreira assumiu a direção dos desfiles, enquanto o *beauty* será responsabilidade de uma equipe de maquiadores e cabeleireiros, de diferentes salões de Belo Horizonte que também abraçaram a causa. O *casting* contará com modelos das mais importantes agências da cidade: a Ford Models e Woll Agency com anos de atuação no mercado mineiro e internacional.

O VI Proação Fashion Day tem o patrocínio da Cemig, Metalsider e Emivee conta com o apoio da AMMP, BH Shopping, Criar Flores, Gravasom, Saritur, Imprensa Oficial, Sindinvest, Ápice e Bartender Brasil. São ainda parceiros a Bauducco, Gomes da Costa, Estella Neto Arquitetura, Líder Interiores, Exitus, Thaurus e Why Vídeo.

O convite custa R\$ 130,00. Outras informações pelo telefone 7817-1388.